

**Prosegur Brasil S.A. -  
Transportadora de Valores e Segurança**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil  
Caixa Postal 3310  
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700  
Fax 55 (31) 2128-5702  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança**  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Brasil S.A Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

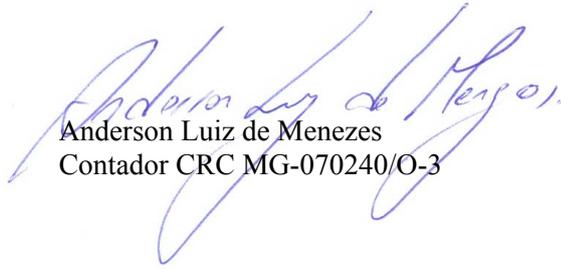


### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Brasil S.A Transportadora de Valores e Segurança em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

## Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2014	2013	Passivos	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	5	134.444	72.206	Fornecedores		132.615	87.341
Clientes	6	474.005	547.976	Empréstimos e financiamentos	13	26.541	9.331
Impostos a recuperar	7	113.750	87.426	Debêntures	14	34.975	31.531
Despesas antecipadas		18.681	26.198	Salários e encargos sociais	15	263.841	259.336
Estoques		3.897	8.668	Impostos e contribuições		19.971	29.105
Outros ativos circulantes		29.429	35.665	Dividendos e JCP a pagar		21.159	53.971
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>774.206</b>	<b>778.139</b>	Provisões	16	3.814	2.901
				Obrigações por compra de participações	17	22.117	3.060
				Outros		12.021	1.125
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>537.054</b>	<b>477.701</b>
Crédito com partes relacionadas	25	551.800	246.275				
Ativo fiscal diferido		67.779	56.799	Fornecedores		1.015	-
Depósitos judiciais	8	260.261	135.095	Empréstimos e financiamentos	13	2.733	1.974
Créditos a receber de terceiros	9	27.459	93.487	Debêntures	14	69.877	164.134
Outros		6.787	8.231	Provisões	16	406.171	371.817
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<b>914.086</b>	<b>539.887</b>	Obrigações por compra de participações	17	25.200	4.000
				Débitos com partes relacionadas	25	142.631	42.164
Investimentos	10	5.895	4.999	Impostos e contribuições		87.663	61.163
Imobilizado	11	270.786	270.152	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>735.290</b>	<b>645.252</b>
Intangível	12	874.200	919.690				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.064.967</b>	<b>1.734.728</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	18	1.001.079	1.001.079
				Adiantamento para aumento de capital	18	73.385	-
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	18	5.393	5.916
				Reserva de lucros	18	486.972	382.919
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.566.829</b>	<b>1.389.914</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>1.272.344</b>	<b>1.122.953</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.839.173</b>	<b>2.512.867</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.839.173</b>	<b>2.512.867</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	2014	2013
Receita Líquida	21	2.996.441	2.800.240
Custo dos serviços prestados	22	<u>(2.391.599)</u>	<u>(2.179.573)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>604.842</u></b>	<b><u>620.667</u></b>
Despesas comerciais	22	(41.633)	(40.421)
Despesas gerais e administrativas	22	(359.648)	(319.704)
Resultado de equivalência patrimonial	10	64	408
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(76)</u>	<u>245</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>203.549</u></b>	<b><u>261.195</u></b>
Despesas financeiras	23	(51.335)	(58.731)
Receitas financeiras	23	<u>44.732</u>	<u>25.400</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<b><u>(6.603)</u></b>	<b><u>(33.331)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>196.946</b>	<b>227.864</b>
Imposto de renda e contribuição social	24	(55.345)	(55.719)
<b>Resultado do exercício</b>		<b><u>141.601</u></b>	<b><u>172.145</u></b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - Básico e Diluído (em R\$)		380,12	560,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	2014	2013
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>141.601</b>	<b>172.145</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>			
<b>Itens que nunca serão reclassificados para o resultado</b>			
Remensuração do passivo de benefício definido	19	(71)	9.525
<b>Resultado abrangente total do período</b>		<b><u>141.530</u></b>	<b><u>181.670</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para aumento de Capital	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos Fiscais	Lucros Retidos	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Reavaliação		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2013</b>	332.089	668.990	25.618	562	247.610	(4.957)	1.828	-	1.271.740
<b>Total de resultados abrangentes do período</b>									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	172.145	172.145
Outros Resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	9.525	-	-	9.525
<b>Transações com acionistas</b>									
Aumento de capital	668.990	(668.990)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	5.426	-	-	-	-	(5.426)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(480)	480	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(63.496)	(63.496)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	103.703	-	-	(103.703)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	1.001.079	-	31.044	562	351.313	4.568	1.348	-	1.389.914
<b>Total de resultados abrangentes do período</b>									
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	141.601	141.601
Outros Resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	(71)	-	-	(71)
<b>Transações com acionistas</b>									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	73.385	-	-	-	-	-	-	73.385
Constituição reserva legal	-	-	8.322	-	-	-	-	(8.322)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(452)	452	-
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(38.000)	(38.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	95.731	-	-	(95.731)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	1.001.079	73.385	39.366	562	447.044	4.497	896	-	1.566.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2013	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>141.601</b>	<b>172.145</b>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	113.734	114.104
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	10.616	8.219
Provisões para contingências líquidas	96.499	91.260
Ganhos / Perdas na venda de imobilizado	18.909	(212)
Equivalência patrimonial	(64)	(408)
Impostos diferidos	(10.980)	15.735
Provisão para perdas em instrumentos financeiros	-	11.540
Juros e variações monetárias líquidas	137.103	27.710
	<u>507.418</u>	<u>440.093</u>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>		
Contas a receber de clientes	78.056	(129.886)
Impostos a recuperar	(26.324)	(29.763)
Estoques	4.771	(2.412)
Depósitos judiciais	(24.614)	(15.979)
Outros	(18.230)	(27.286)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Fornecedores	46.289	13.723
Salários e encargos sociais	4.505	29.617
Impostos e contribuições	(23.742)	(16.471)
Outros	(9.229)	1.360
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b><u>538.900</u></b>	<b><u>262.996</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(87.829)	(62.983)
Aquisição de participações societárias	(2.072)	-
(Pagamento) Ingresso de obrigações por compra de participações	39.287	(2.357)
Dividendos recebidos de controladas	185	-
Alienações de ativo imobilizado	-	820
Aumento de capital em controladas	-	(56)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(50.429)</u></b>	<b><u>(64.576)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	73.386	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos, líquido	(6.825)	(62.679)
Antecipação de clientes (Operação de Duplicatas Descontadas)	23.976	-
(Pagamento) ingresso de mútuos entre partes relacionadas, líquido	(339.358)	16.346
Pagamentos das debêntures	(106.529)	(58.966)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(70.812)	-
Atualização do passivo atuarial	(71)	-
Outros	-	(63.610)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b><u>(426.233)</u></b>	<b><u>(168.909)</u></b>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>62.238</u></b>	<b><u>29.511</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	72.206	42.695
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	134.444	72.206
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>62.238</u></b>	<b><u>29.511</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia” ou “Prosegur”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Guaratã, 633, no Bairro do Prado. Seu objeto social é a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro, atuando, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros.

Atualmente possui 121 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 48.307 colaboradores (48.301 em 2013).

Baseando-se sempre em rigorosos processos de seleção, capacitação e reciclagem de seus colaboradores e dentro do conceito de segurança integrada, oferece através do segmento vigilância ativa, produtos direcionados a atender, de forma customizada, todas as possíveis demandas de serviços relacionadas com vigilância física e eletrônica, envolvendo proteção pessoal e do patrimônio, escolta de cargas e sistemas eletrônicos, bem como assessoramento aos clientes na definição e avaliação de procedimentos, planos e sistemas de segurança.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2015.

Conforme permitido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pelo fato de sua controladora final no País, a Prosegur Holding e Participações S.A., apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3(e) - classificação de arrendamento mercantil.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 01 de janeiro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 11 - premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 12(ii) - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio;
- Nota explicativa 16 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e
- Nota explicativa 23 - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de

caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A “Prosegur” tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

#### *Equivalentes de caixa*

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é realizada quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **(iii) Capital social**

##### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Ações preferenciais*

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Conforme definido em estatuto, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

### **b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado e coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico, caso sejam identificados como não tendo sofrido perda de valor, eles são então avaliados coletivamente para identificar a perda de valor que tenha ocorrido, e que não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do

ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa” ou “UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **c. Imobilizado**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais e, a partir de 1º de janeiro de 1996, pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O imobilizado em curso é composto predominantemente por obras civis, reforma e aquisição de novos Blindados, ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, ampliação e modernização de maquinários de tesouraria.

(ii) ***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) ***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Ativos intangíveis**

(i) ***Ágio***

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

***Mensuração subsequentes***

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) ***Pesquisa e desenvolvimento***

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados

somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é posterior a 1º de janeiro de 2009. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

*(iii) Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

*(iv) Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*(v) Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**e. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

***Pagamentos de arrendamentos***

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do mesmo.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras

e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do mesmo é confirmado.

***Determinando se um contrato contém um arrendamento***

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

**f. Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

**g. Benefícios a empregados**

**(i) Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme

determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**i. Receita operacional**

**(i) Serviços**

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**k. Moeda estrangeira**

**(i) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

## **1. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ele não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## **4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

O IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes no IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

O IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

O IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 terá nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações e, portanto, ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos nos relatórios financeiros atuais.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	890	5.217
Bancos conta movimento	32.525	48.564
Aplicações Financeiras	101.029	18.425
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>134.444</u>	<u>72.206</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 89,84% (97,20% em 31 de dezembro de 2013) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

## 6 Clientes

	2014	2013
Contas a receber de terceiros no país	234.573	293.594
Contas a receber de partes relacionadas	-	23.033
Serviços a faturar	271.652	255.114
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(32.220)	(23.765)
Total contas a receber de clientes	<u>474.005</u>	<u>547.976</u>

### **Reconhecimento dos serviços a faturar**

A grande maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 6 a 15 de cada mês. Sendo assim, todos os serviços já executados dentro do mês em datas posteriores ao fechamento da última fatura correspondente são provisionados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de “Receita” na demonstração do resultado do exercício.

A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
A vencer	448.763	498.901
0 a 30 dias	22.053	25.589
31 a 60 dias	6.987	6.528
61 a 90 dias	3.367	5.019
91 a 180 dias	9.288	13.359
Mais de 181 dias	15.767	22.345
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(32.220)</u>	<u>(23.765)</u>
<b>Total</b>	<b><u>474.005</u></b>	<b><u>547.976</u></b>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

<b>Saldo em 31/12/13</b>	<b>(23.765)</b>
Créditos provisionados no exercício	(10.615)
Baixas definitivas de títulos	<u>2.160</u>
<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b><u>(32.220)</u></b>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos à provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

## **7 Impostos a Recuperar**

<b>Natureza dos impostos recuperáveis</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Impostos sob o faturamento	63.570	55.692
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>50.180</u>	<u>31.734</u>
Total dos impostos a recuperar	<u>113.750</u>	<u>87.426</u>

## **8 Depósitos judiciais**

<b>Natureza dos processos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Trabalhistas	187.633	72.601
Cíveis	13.922	14.933
Tributárias	<u>58.706</u>	<u>47.561</u>
Total dos depósitos judiciais	<u>260.261</u>	<u>135.095</u>

Até 31 de Dezembro de 2013, a Companhia registrava os direitos a receber decorrentes dos desembolsos com processos judiciais da empresa “Transpev”, adquirida e incorporada pela Companhia em 2005, junto à rubrica Crédito a Receber de Terceiros. A Administração entende os valores deveriam ser de responsabilidade dos antigos sócios daquela empresa, fundamentados no contrato de compra e venda desta operação, fato que gerou acionamento judicial entre as partes de reclamações de tais direitos / obrigações.

No exercício de 2014, através de decisão judicial, as partes (Prosegur Brasil e antigos sócios da Transpev) selaram acordo onde cada qual assumiu a sua responsabilidade de ganhos e perdas. Em função disto, ocorreu a transferência para a conta de Depósitos Judiciais os saldos anteriormente classificados como “Créditos a Receber de Terceiros”.

## **9 Créditos a receber de terceiros**

Referem-se a pagamentos de liquidação e desembolsos em processos judiciais de responsabilidade dos antigos sócios de empresas adquiridas em 2012, conforme cláusulas contratuais. Anualmente, ocorrem reuniões entre os representantes dos antigos sócios das empresas adquiridas e a Prosegur para aprovação do valor a ser descontado nas próximas parcelas a vencer.

## **10 Investimentos**

Nenhuma das Companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

## Dados sobre as participações

	Part %	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou Prejuízo	Res. Equiv. Patrimonial	Valor dos Investimento
<b>2013</b>											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda	1%	24.563	29.469	54.032	15.083	1.257	16.340	37.692	12.474	125	376
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda	99,79%	1.109	3.583	4.692	218	143	361	4.331	268	267	4.322
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	99,62%	444	30	474	112	333	445	29	16	16	29
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272
<b>Total</b>		<b>26.116</b>	<b>33.082</b>	<b>59.198</b>	<b>15.413</b>	<b>1.733</b>	<b>17.146</b>	<b>42.052</b>	<b>12.758</b>	<b>408</b>	<b>4.999</b>
<b>2014</b>											
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda	1%	34.503	145.352	179.855	16.994	133.574	150.568	29.287	11.090	111	280
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda	99,79%	704	22.045	22.749	24	19.169	19.193	3.556	776	(648)	3.548
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	99,62%	505	579	1.084	86	1.015	1.101	(17)	48	(48)	(17)
Transvig Transporte de Valores e Vigilância Ltda	100%	4.235	670	4.905	2.173	660	2.833	2.072	(367)	649	2.072
<b>Total</b>		<b>39.947</b>	<b>168.646</b>	<b>208.593</b>	<b>19.277</b>	<b>154.418</b>	<b>173.695</b>	<b>34.898</b>	<b>11.547</b>	<b>64</b>	<b>5.883</b>

## 11 Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equiptos. e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equiptos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>36.684</b>	<b>159.171</b>	<b>28.863</b>	<b>210.607</b>	<b>37.798</b>	<b>65.359</b>	<b>36.596</b>	<b>7.642</b>	<b>582.720</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	59.509	-	59.509
Transferências	4.197	13.152	4.538	-	9.317	8.267	(35.350)	(4.121)	-
Baixas	-	(3.638)	(10)	(31.036)	(485)	-	(2.544)	(1.403)	(39.116)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>40.881</b>	<b>168.685</b>	<b>33.391</b>	<b>179.571</b>	<b>46.630</b>	<b>73.626</b>	<b>58.211</b>	<b>2.118</b>	<b>603.113</b>
Adições	-	-	-	-	-	-	64.167	-	64.167
Transferências	8.526	(7.133)	(1.440)	8.640	47.139	17.954	(74.383)	697	-
Baixas	(4.032)	(521)	(899)	(754)	-	(4.985)	(14.410)	(18)	(25.619)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>45.375</b>	<b>161.031</b>	<b>31.052</b>	<b>187.457</b>	<b>93.769</b>	<b>86.595</b>	<b>33.585</b>	<b>2.797</b>	<b>641.661</b>

*Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2014 e 2013*

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Terrenos, edificações e construções</b>	<b>Máquinas, equiptos. e armamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos carros fortes</b>	<b>Equiptos. de process. de dados</b>	<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>Imobilizações em curso</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>(2.536)</b>	<b>(85.875)</b>	<b>(17.839)</b>	<b>(154.777)</b>	<b>(29.328)</b>	<b>(34.012)</b>	-	<b>(5.654)</b>	<b>(330.021)</b>
Depreciação	(1.347)	(16.280)	(1.880)	(11.973)	(4.475)	(5.485)	-	(264)	(41.704)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	3.638	10	30.596	375	-	-	4.145	38.764
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>(3.883)</b>	<b>(98.517)</b>	<b>(19.709)</b>	<b>(136.154)</b>	<b>(33.428)</b>	<b>(39.497)</b>	-	<b>(1.773)</b>	<b>(332.961)</b>
Depreciação	(1.367)	(13.404)	(2.094)	(12.601)	(7.495)	(8.947)	-	(169)	(46.076)
Transferência	(62)	27.520	-	-	(26.882)	-	-	(576)	-
Baixas	201	35	3.831	3.463	-	298	-	335	8.162
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>(5.111)</b>	<b>(84.366)</b>	<b>(17.972)</b>	<b>(145.292)</b>	<b>(67.805)</b>	<b>(48.146)</b>	-	<b>(2.183)</b>	<b>(370.875)</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
<b>Imobilizado líquido</b>									
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>36.998</b>	<b>70.168</b>	<b>13.682</b>	<b>43.417</b>	<b>13.202</b>	<b>34.129</b>	<b>58.211</b>	<b>345</b>	<b>270.152</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>40.264</b>	<b>77.441</b>	<b>13.080</b>	<b>41.962</b>	<b>25.964</b>	<b>38.449</b>	<b>33.585</b>	<b>41</b>	<b>270.786</b>

## Garantia

Em 31 de dezembro de 2014, propriedades com o valor contábil de R\$ 12.231 (2013: R\$ 9.008) estão sujeitas a uma penhora registrada para garantir a execução de um processo fiscal. O processo judicial é de natureza fiscal, classificado com risco de perda remota, é acompanhado por assessores jurídicos da Companhia. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

## 12 Intangível

<b>Custo do Intangível Bruto</b>	<b>Carteira de clientes</b>	<b>Fundo de comércio</b>	<b>Licença de uso de software</b>	<b>Marcas, direitos e patentes</b>	<b>Desenv. de informática</b>	<b>Acordo não competitividade</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>736.287</b>	<b>310.761</b>	<b>44.014</b>	<b>60.625</b>	<b>11.550</b>	<b>2.328</b>	<b>1.165.565</b>
Adições	-	-	-	-	3.474	-	3.474
Transferências	(18.161)	754	-	3.829	-	13.578	-
Baixas	-	(256)	-	-	-	-	(256)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>718.126</b>	<b>311.259</b>	<b>44.014</b>	<b>64.454</b>	<b>15.024</b>	<b>15.906</b>	<b>1.168.783</b>
Adições	-	16.104	1.133	-	7.067	-	24.304
Transferências	(2)	2	18.853	0	(18.853)	-	-
Baixas	-	-	(2.086)	(578)	-	-	(2.664)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>718.124</b>	<b>327.365</b>	<b>61.914</b>	<b>63.876</b>	<b>3.238</b>	<b>15.906</b>	<b>1.190.423</b>
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Carteira de clientes</b>	<b>Fundo de comércio</b>	<b>Licença de uso de software</b>	<b>Marcas, direitos e patentes</b>	<b>Desenv. de informática</b>	<b>Acordo não competitividade</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2012</b>	<b>(98.496)</b>	<b>(23.859)</b>	<b>(28.628)</b>	<b>(24.499)</b>	-	<b>(1.211)</b>	<b>(176.693)</b>
Amortização	(47.079)	-	(5.961)	(13.916)	-	(5.444)	(72.400)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>(145.575)</b>	<b>(23.859)</b>	<b>(34.589)</b>	<b>(38.415)</b>	-	<b>(6.655)</b>	<b>(249.093)</b>
Amortização	(46.026)	-	(5.817)	(12.249)	-	(3.038)	(67.130)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>(191.601)</b>	<b>(23.859)</b>	<b>(40.406)</b>	<b>(50.664)</b>	-	<b>(9.693)</b>	<b>(316.223)</b>
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
<b>Intangível líquido</b>							
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>572.551</b>	<b>287.400</b>	<b>9.416</b>	<b>26.039</b>	<b>15.024</b>	<b>9.251</b>	<b>919.690</b>
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>526.523</b>	<b>303.506</b>	<b>21.508</b>	<b>13.212</b>	<b>3.238</b>	<b>6.213</b>	<b>874.200</b>

### (i) Amortização

Em função das aquisições da Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S/A (adquirida em 2010), Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2011) e Grupo Nordeste (adquirido em 2012), foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	<b>Prazo de Amortização (anos)</b>
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Também registraram-se os gastos com aquisição e desenvolvimento de *software*, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

**(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio**

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas, determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. Não houve indicações de necessidade de perda do valor recuperável.

### 13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Maiores informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, estão apresentadas na nota explicativa 19.

	2014	2013
<b>Passivo circulante</b>		
Recebimento antecipado de Duplicatas Descontadas	23.976	-
Arrendamento mercantil	1.798	4.166
Finame	767	5.165
<b>Total</b>	<b>26.541</b>	<b>9.331</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Arrendamento mercantil	1.950	-
Finame	783	1.974
<b>Total</b>	<b>2.733</b>	<b>1.974</b>

#### Operação de Duplicatas Descontadas

No último trimestre de 2014, a Companhia realizou uma operação de Desconto de Duplicatas junto a instituição financeira Deutsche Bank S.A - Banco Alemão, que cedeu um montante de R\$ 47.825 em títulos performados com vencimento em janeiro e fevereiro de 2015. Nessa operação, de modalidade sem regresso, ficou acordado que a Prosegur Brasil S.A seria a agente de cobrança dos títulos.

No final do mês de Dezembro de 2014, a Companhia recebeu antecipadamente de seus clientes parte dos títulos cedidos, no montante de R\$ 23.976, cujo valor registrado reflete a obrigação junto a referida instituição financeira.

### Termos e cronograma de amortização da dívida de arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil	Moeda	Ano de vencimento	2014		2013	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2014	-	-	4.166	4.166
	R\$	2015	1.798	1.798	-	-
	R\$	2016	1.412	1.412	-	-
	R\$	2017	457	457	-	-
	R\$	2018	81	81	-	-
Total passivos com arrendamento			3.748	3.748	4.166	4.166

Determinados contratos de arrendamento mercantil são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2018. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

### Termos e cronograma de amortização da dívida de Finame

Finame	Moeda	Ano de vencimento	2014		2013	
			Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2014	-	-	5.165	5.165
	R\$	2015	767	767	1.974	1.974
	R\$	2016	628	628	-	-
	R\$	2017	155	155	-	-
Total passivos com Finame			1.550	1.550	7.139	7.139

Determinados contratos de Finame são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de juros com taxas que variam de 7 a 12 % ao ano, cuja última parcela está prevista para 2017. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos bens adquiridos.

## 14 Debêntures

	2014	2013
<b>Passivo circulante</b>		
Debêntures Curto Prazo	35.831	32.387
Custo com as captações Curto Prazo	(856)	(856)
<b>Total</b>	<b>34.975</b>	<b>31.531</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Debêntures Longo Prazo	70.933	166.060
Custo com as captações Longo Prazo	(1.056)	(1.926)
<b>Total</b>	<b>69.877</b>	<b>164.134</b>

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosecur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos pela emissora por meio de oferta pública restrita foram destinados prioritariamente para liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto aos coordenadores e/ou empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico dos mesmos, para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda.

As debêntures, não conversíveis em ações da Emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture foi de R\$1.000, na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas 230 (duzentas e trinta) debêntures. O Valor Nominal Unitário das debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que as primeiras duas parcelas foram amortizadas em 07 de março e 07 de setembro de 2013.

Conforme documento emitido no dia 23 de janeiro de 2014, a Companhia criou um evento de “Amortização Extraordinária, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da PROSEGUR BRASIL S.A. TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA - ativo PRSG11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

A amortização extraordinária do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 sob montante de R\$ 82.997, equivalente a 31,9068% de amortização do principal das Debêntures da Série Única da 1ª Emissão. Com esta operação o cronograma de amortização passou a vigorar conforme quadro abaixo:

<b>Parcela</b>	<b>Data de Amortização</b>	<b>Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário</b>	<b>Amortização (R\$ mil)</b>
1	07/03/2013	11,12%	25.577
2	07/09/2013	5,56%	12.788
3	31/01/2014	31,91%	73.386
4	07/03/2014	3,43%	7.891
5	07/09/2014	3,43%	7.891
6	07/03/2015	3,43%	7.891
7	07/09/2015	10,28%	23.644
8	07/03/2016	10,28%	23.644
9	07/09/2016	10,28%	23.644
10	07/03/2017	10,28%	23.644
		<b>100,00%</b>	<b>230.000</b>

A Escritura foi celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da emissora, realizada em 28 de março de 2012, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a

data de emissão das debêntures foi 07 de março de 2012. As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme colocação para a totalidade das Debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. O agente fiduciário da operação é a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. Os bancos acima mencionados atuaram como intermediários da operação, através de oferta de investidores.

O banco mandatário da emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por de Módulo de Distribuição de Títulos e Modulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O Valor Nominal Unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data da primeira subscrição e integralização, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos depósitos, interfinanceiros de um dia expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das debêntures e pagos ao final de cada período de capitalização.

A remuneração é paga semestralmente, a partir de emissão, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da remuneração.

A Prosegur Compañia de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma *Letter of guarantee* constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total da emissão de R\$230.000. As debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Dentre elas, destacam-se as seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBTIDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a despesa financeira líquida da garantidora espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referidos demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2014, os índices acima mencionados estão sendo cumpridos.

## 15 Salários e encargos sociais

	2014	2013
Salários a pagar	55.399	55.488
Provisão de férias	150.180	139.313
FGTS e INSS a pagar	29.428	30.072
Outros encargos e provisões a pagar	28.834	34.463
<b>Total</b>	<b>263.841</b>	<b>259.336</b>

## 16 Provisões

	Contingências					
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas			
<b>Saldos em 31/12/12</b>	<b>128.964</b>	<b>11.611</b>	<b>196.944</b>	<b>13.004</b>	<b>4.123</b>	<b>354.646</b>
Adições	21.688	8.577	98.690	3.349	2.901	135.205
Baixas - pagamentos	(3.069)	(4.747)	(55.794)	(180)	-	(63.790)
Reversões	(293)	(4.015)	(33.387)	(9.525)	(4.123)	(51.343)
<b>Saldos em 31/12/13</b>	<b>147.290</b>	<b>11.426</b>	<b>206.453</b>	<b>6.648</b>	<b>2.901</b>	<b>374.718</b>
Circulante	-	-	-	-	2.901	2.901
Não circulante	147.290	11.426	206.453	6.648	-	371.817
Adições	53.302	14.383	217.982	2.830	913	289.410
Baixas - pagamentos	(47.173)	(9.762)	(67.336)	-	-	(124.271)
Reversões	(45.527)	(2.101)	(82.244)	-	-	(129.872)
<b>Saldos em 31/12/14</b>	<b>107.892</b>	<b>13.946</b>	<b>274.855</b>	<b>9.478</b>	<b>3.814</b>	<b>409.985</b>
Circulante	-	-	-	-	3.814	3.814
Não circulante	107.892	13.946	274.855	9.478	-	406.171

### a. Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 122.253 (R\$ 68.697 em 2013), para as quais não há provisão constituída.

**b. Benefícios a empregados**

Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3(g)(i), (g)(ii), a Companhia não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

***Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido***

	<u>Obrigações por benefício definido</u>		<u>Valor justo dos ativos do plano</u>		<u>Valor líquido do passivo (ativo)</u>	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldos em 1º de janeiro	6.648	13.004	-	-	6.648	13.004
<b>Incluídos no resultado</b>						
Custos do serviço corrente	447	2.152	-	-	447	2.152
Custos do serviço passado	264	-	-	-	264	-
Despesa (receita) de juros	877	1.197	-	-	877	1.197
	<b>8.236</b>	<b>16.353</b>	-	-	<b>8.236</b>	<b>16.353</b>
<b>Incluídos em ORA</b>						
Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	626	(8.216)	-	-	626	(8.126)
- premissas financeiras	607	(4.037)	-	-	607	(4.037)
- ajustes pela experiência	248	2.728	-	-	248	2.728
	<b>1.481</b>	<b>(9.525)</b>	-	-	<b>1.481</b>	<b>(9.525)</b>
<b>Outros</b>						
Benefícios pagos	(239)	(180)	-	-	(239)	(180)
	<b>(239)</b>	<b>(180)</b>	-	-	<b>(239)</b>	<b>(180)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>9.478</b>	<b>6.648</b>	-	-	<b>9.478</b>	<b>6.648</b>
<b>Segregação da obrigação:</b>						
- Ativos e autopatrocinados					6.748	4.576
- Aposentados e pensionistas					2.730	2.072
<b>Total</b>					<b>9.478</b>	<b>6.648</b>

*(i) Premissas atuariais*

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Taxa de desconto	6,17% a.a.	6,5% a.a.
Taxa de inflação de Longo Prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3,0% a.a.	3,0% a.a.

*(ii) Análise de sensibilidade*

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Obrigações de benefício definido</b>	
	<b>Aumento</b>	<b>Redução</b>
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	1.241	685
Taxa de inflação de Longo Prazo [+ (-) 0,5%]	-	-
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	(1.106)	(862)
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	(572)	(151)

**c. Outras provisões**

Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa.

**17 Obrigações por compra de participações**

Referem-se às parcelas finais de pagamentos decorrentes dos contratos de aquisição de empresas. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI.

No exercício de 2014, a Companhia assumiu dívidas advindas de sua controladora TSR Participações Societárias S.A., referente à aquisição da empresa Transpev Transporte de Valores e Segurança Ltda., e parte da dívida remanescente da aquisição do Grupo Nordeste. O valor da dívida da empresa Transpev estava sendo objeto de discussão entre as partes e, em 2014, houve uma decisão judicial que desobrigou a Prosegur Brasil a realizar o respectivo pagamento. O saldo referente a esta operação foi de R\$ 32.812, que liquidou parte da obrigação de JCP a Pagar provisionado no ano anterior. O saldo que a Companhia assumiu referente à obrigação da compra do Grupo Nordeste foi para futuro abatimento com os desembolsos que são de responsabilidades dos antigos sócios deste grupo, registrado na rubrica Créditos a Receber de Terceiros, conforme nota explicativa 9.

Também no exercício de 2014 a companhia realizou a aquisição de 100% da empresa Transvig Transporte de Valores e Segurança Ltda, sendo que R\$5.000 do total da compra foram parcelados em cinco parcelas anuais atualizadas por 100% da CDI.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Grupo Nordeste (Non Compete)	36.952	-
Transvig	5.000	-
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	5.365	7.060
	<b>47.317</b>	<b>7.060</b>
Circulante	22.117	3.060
Não Circulante	25.200	4.000

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2015	-	2.000
2016	12.600	2.000
2017	10.600	
2018	1.000	
2019	1.000	-
	<b>25.200</b>	<b>4.000</b>

## 18 Capital social e reservas

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 1.001.079 e R\$ 73.386 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (milhares)			% Partic.
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
TSR Participações Societárias S.A.	372.519	61.409	433.928	100,00
Outros	-	5	5	0,00
	<u>372.519</u>	<u>61.414</u>	<u>433.933</u>	<u>100,00</u>

### b. Adiantamento para futuro aumento de capital

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de dezembro de 2014, foi deliberado o aumento de capital da Companhia pela integralização da totalidade do adiantamento de capital que estava constituído, até a data da Assembleia, no montante de R\$ 73.386. Em razão do aumento de capital foram subscritas 31.810 mil novas ações sendo a totalidade destas ações ordinárias e nominativas. A acionista TSR Participações Societárias S.A. subscreveu a totalidade das ações. Entretanto, a AGE foi protocolada pela junta comercial apenas em 22/01/2015.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se às reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladas e coligadas, anteriores a 31 de dezembro de 2007, e ao resultado abrangente referente à remensuração do passivo de benefício definido.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. A atualização do passivo de benefício definido é feito anualmente por especialistas atuários.

### d. Reserva de lucros

#### • Reserva legal

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

#### • Reserva de retenção de lucros

O saldo acumulado dos lucros gerados até o exercício de 2014 no montante de R\$486.959 (R\$382.919 em 2013), permanece à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

### e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### **Exercício de 2014**

O cálculo dos dividendos do exercício de 2014 pode ser assim demonstrado:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>141.601</b>
Reserva legal	(8.322)
Base de cálculo dos dividendos	133.279
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%)</b>	<b>33.319</b>

Em reunião da Diretoria realizada em 26 de setembro de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 38.000, proporcionalmente a participação de cada um dos acionistas. Os juros sobre o capital próprio foram considerados, para fins do cumprimento das obrigações estatutárias da Companhia, assim como antecipação de quaisquer dividendos, relativos ao exercício de 2014. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 31 de agosto de 2014, bem como lucros gerados em anos anteriores. O saldo de JCP distribuído, líquido do tributo retido na fonte, é de R\$ 32.300 e foi pago aos acionistas no dia 30 de setembro de 2014.

<b>Juros sobre capital próprio distribuído como dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>38.000</b>
(+) Juros sobre capital próprio distribuídos antecipadamente	-
<b>Total dos juros sobre o capital próprio propostos</b>	<b>38.000</b>

### **Exercício de 2013**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos do exercício de 2013 pode ser assim demonstrado:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>172.145</b>
Reserva legal	(5.426)
Base de cálculo dos dividendos	166.719
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%)</b>	<b>41.680</b>

Em reunião da Diretoria realizada em 9 de dezembro de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 63.496, proporcionalmente a participação de cada um dos acionistas. Os juros sobre o capital próprio foram considerados, para fins do cumprimento das obrigações estatutárias da Companhia, assim como antecipação de quaisquer dividendos, relativos ao exercício de 2013. Tais deliberações foram tomadas com base no resultado apurado em balanço intermediário, levantado em 30 de novembro de 2013, bem como lucros gerados em anos anteriores. O saldo de JCP distribuído, líquido do tributo retido na fonte, é de R\$ 53.971 e está contabilizado como passivo circulante na conta do balanço patrimonial “Dividendos e JCP a pagar”.

<b>Juros sobre capital próprio distribuído como dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>41.680</b>
(+) Juros sobre capital próprio distribuídos antecipadamente	21.816

## **19 Instrumentos financeiros**

### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os Diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

### ***Risco de crédito***

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

### **Contas a receber de clientes e outros créditos**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação

aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia.

### ***Risco de mercado***

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

### ***Gestão de capital***

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Ela monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

### ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

**a. Riscos de crédito**

***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Partes relacionadas)	<u>1.160.249</u>	<u>866.457</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.160.249</u></b>	<b><u>866.457</u></b>

***Perdas por redução no valor recuperável***

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Saldos em 1º de janeiro	23.765	19.032
Créditos provisionados no exercício	10.615	8.219
Baixas definitivas de títulos	<u>(2.160)</u>	<u>(3.486)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<b><u>32.220</u></b>	<b><u>23.765</u></b>

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

**b. Risco de liquidez**

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Passivo financeiro não derivativo</b>		
Fornecedores	92.451	87.341
Recebimento antecipado de Duplicatas Descontadas	23.976	-
Empréstimos e financiamentos	5.298	11.305
Debêntures	104.852	195.665
Obrigações por compra de participações	47.317	7.060
Partes relacionadas	<u>183.810</u>	<u>42.164</u>
<b>Total</b>	<b><u>457.704</u></b>	<b><u>343.535</u></b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>Acima 2 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>				
Fornecedores	92.451	91.436	1.015	-
Recebimento antecipado de Dup. Descontadas	23.976	23.976	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.298	2.992	2.872	48
Debêntures	104.852	35.505	79.862	-
Obrigações por compra de participações	47.317	24.392	13.896	13.896
Partes relacionadas	183.810	-	183.810	-
<b>Total</b>	<b>457.704</b>	<b>178.301</b>	<b>281.455</b>	<b>13.944</b>

### c. Risco de mercado

#### *Risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativos financeiros (Aplicações Financeiras Equivalentes de caixa)	101.029	18.425
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de Giro, Finame e Debêntures)	157.467	214.030

#### *Risco cambial*

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a coligada Prosegur España S.L., sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$ 38.938 e R\$ 14.942, respectivamente (R\$ 24.581 e R\$ 29.209, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013) e que estão contratados em Euros.

#### *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	<u>Lucro ou prejuízo</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	<b>100 pb aumento</b>	<b>100 pb diminuição</b>	<b>100 pb aumento</b>	<b>100 pb diminuição</b>
Debêntures (CDI)	(6.970)	6.652	(6.970)	6.652
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(6.970)	6.652	(6.970)	6.652

### **Valor justo**

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	101.029	101.029	18.425	18.425
Clientes	474.005	474.005	547.976	547.976
Créditos com partes relacionadas	551.800	551.800	246.275	246.275
Empréstimos e financiamentos	29.274	29.274	11.305	11.305
Debêntures	104.852	104.852	195.665	195.665
Fornecedores	92.451	92.451	87.341	87.341
Débitos com partes relacionadas	183.810	183.810	42.164	42.164

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Equivalentes de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- *Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- *Empréstimos, financiamentos e Debêntures* - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

### **Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- *Nível 1*: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- *Nível 2*: *Inputs*, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- *Nível 3*: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

## Ativos

<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	101.029	-	101.029
<b>Total de ativos</b>	-	<b>101.029</b>	-	<b>101.029</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	-	18.425	-	18.425
<b>Total de ativos</b>	-	<b>18.425</b>	-	<b>18.425</b>

## Passivo

<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos, obrigações por compra de participações e Debêntures)	-	157.467	-	157.467
<b>Total de passivos</b>	-	<b>157.467</b>	-	<b>157.467</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos, obrigações por compra de participações e Debêntures)	-	214.030	-	214.030
<b>Total de passivos</b>	-	<b>214.030</b>	-	<b>214.030</b>

## 20 Receita operacional

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita bruta	3.385.567	3.138.366
Menos:		
Impostos sobre vendas	(349.235)	(318.689)
Devoluções e abatimentos	(39.891)	(19.437)
<b>Total de receita líquida</b>	<b>2.996.441</b>	<b>2.800.240</b>

## 21 Custos e despesas operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

### Custos e despesas por função

	2014	2013
Custo dos serviços prestados	(2.391.599)	(2.179.573)
Despesas comerciais	(41.633)	(40.421)
Despesas gerais e administrativas	<u>(359.648)</u>	<u>(319.704)</u>
<b>Total de Custos e Despesas Operacionais</b>	<b><u>(2.792.880)</u></b>	<b><u>(2.539.698)</u></b>

### Custos e despesas por natureza

	2014	2013
Custos e Despesas com Pessoal	(2.013.377)	(1.862.445)
Amortização e Depreciação	(110.749)	(113.425)
Aluguéis	(118.645)	(110.660)
Outros custos e despesas operacionais	<u>(550.109)</u>	<u>(453.168)</u>
<b>Total de Custos e Despesas Operacionais</b>	<b><u>(2.792.880)</u></b>	<b><u>(2.539.698)</u></b>

## 22 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2014	2013
Juros sobre aplicações financeiras	3.955	1.894
Variação cambial ativa	23.234	15.758
Outras receitas financeiras	<u>17.543</u>	<u>7.748</u>
<b>Receitas financeiras</b>	<b><u>44.732</u></b>	<b><u>25.400</u></b>
Despesas de juros	(40.722)	(34.900)
Despesas com comissão	(1.375)	(1.571)
Variação cambial passiva	(9.238)	(8.071)
Perda esperada de investimentos (*)	-	(11.540)
Outras despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(2.649)</u>
<b>Despesas financeiras</b>	<b><u>(51.335)</u></b>	<b><u>(58.731)</u></b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b><u>(6.603)</u></b>	<b><u>(33.331)</u></b>

(\*) Refere-se à perda esperada das aplicações financeiras mantidas no Banco BVA (o banco sofreu liquidação do Banco Central do Brasil no dia 19 de junho de 2013).

## 23 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2014	2013
Lucro contábil antes dos impostos	196.933	227.864
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>66.957</b>	<b>77.474</b>
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	(17)	(139)
Juros sobre capital próprio	(12.920)	(21.589)
Outros	1.325	(27)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>55.345</b>	<b>55.719</b>
Diferido	(10.979)	16.239
Corrente	66.324	39.480
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28%</b>	<b>24%</b>

### Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ágio	192.918	182.508	-	-	192.918	182.508
Diferenças temporárias	49.931	71.831	-	-	49.931	71.831
Alocação de intangíveis	-	-	(174.539)	(196.775)	(174.539)	(196.775)
Reavaliação imobilizado	-	-	(531)	(765)	(531)	(765)
Impostos ativos (passivos)	242.849	254.339	(175.070)	(197.540)	67.779	56.799

## 24 Partes relacionadas

### Controladora e controladora final

A controladora da Companhia no Brasil é a Prosegur Holding e Participações S.A. sendo que a controladora final é a Prosegur Cia. de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2014 foi de R\$ 2.384 (R\$ 4.502 em 2013).

## Mapa de transações com partes relacionadas

	Débitos / (Créditos)					
	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b><u>Controladoras</u></b>						
Prosegur Holding	22.344	-	-	21.597	-	-
TSR Participacoes Societarias SA	251.123	(93)	-	151.206	-	-
Prosegur Compañia de Seguridad, S.A	14.942	(38.939)	29.882	-	-	-
<b><u>Coligadas</u></b>						
Prosegur España S.L.	-	-	-	29.209	(24.581)	(4.631)
Prosegur Activa Alarmes Ltda	20.313	(1)	-	5.914	-	-
Prosegur Tecnologia em Sistemas de Seg Elet e Incendios Ltda	54.139	(9.489)	-	39.743	-	-
SETHA Industria Eletronica Ltda	11.697	-	-	-	(2.587)	-
Outras	-	(21)	-	94	(91)	-
<b><u>Controladas</u></b>						
Centro de Treinamento Prosegur Ltda	870	(424)	-	-	-	-
Prosegur Gestao de Ativos Ltda	37.948	(1.942)	6.157	19.435	(4.945)	-
Prosegur Administracao de Recebiveis Ltda	10.263	(10.211)	-	-	-	-
Prosegur Sistemas de Seguranca Ltda	128.161	(122.691)	-	1.809	(9.797)	-
Outras	-	-	-	301	(163)	-
	<b>551.800</b>	<b>(183.810)</b>	<b>36.039</b>	<b>269.308</b>	<b>(42.164)</b>	<b>(4.631)</b>
<b>Sumário por natureza</b>						
Clientes	-	-	-	23.033	-	-
Fornecedores	-	(41.179)	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	551.800	-	-	246.275	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	(142.631)	-	-	(42.164)	-
Custos / Despesas contratações empresas do grupo	-	-	44.332	-	-	-
Receita de vendas	-	-	(8.293)	-	-	(4.631)
<b>Total</b>	<b>551.800</b>	<b>(183.810)</b>	<b>36.039</b>	<b>269.308</b>	<b>(42.164)</b>	<b>(4.631)</b>

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. e com a coligada Prosegur España S.L. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP.

Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosegur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A, assim como rateio de despesas corporativas locais e os juros sobre as operações de mútuo.

\* \* \*

### **Diretoria**

Carlos Eduardo Escobal

Aprígio Rello Júnior

Miguel Torres Tavara

### **Responsável técnico**

Graziella Figueiredo Ferreira  
Gerente Corporativa Contábil  
CRC-MG 080210/O-8